

Energia dos Ventos IV S.A.

Demonstrações contábeis
31 de dezembro de 2019

Conteúdo

Relatório do auditor independente sobre as demonstrações contábeis	3
Balanco patrimonial	6
Demonstração do resultado	7
Demonstração do resultado abrangente	8
Demonstrações das mutações do patrimônio líquido	9
Demonstrações dos fluxos de caixa	10
Notas explicativas às demonstrações contábeis	11



São Paulo Corporate Towers
Av. Presidente Juscelino Kubitschek,
1909
Vila Nova Conceição, São Paulo - SP,
04543-011

Tel: +55 11 2573 3000
ey.com.br

Relatório do auditor independente sobre as demonstrações contábeis

Aos Acionistas e Administradores da
Energia dos Ventos IV S.A.
São Paulo – SP

Opinião

Examinamos as demonstrações contábeis da Energia dos Ventos IV S.A. (Companhia), que compreendem o balanço patrimonial em 31 de dezembro de 2019 e as respectivas demonstrações do resultado, do resultado abrangente, das mutações do patrimônio líquido e dos fluxos de caixa para o exercício findo nessa data, bem como as correspondentes notas explicativas, incluindo o resumo das principais políticas contábeis.

Em nossa opinião, as demonstrações contábeis acima referidas apresentam adequadamente, em todos os aspectos relevantes, a posição patrimonial e financeira da Companhia em 31 de dezembro de 2019, o desempenho de suas operações e os seus respectivos fluxos de caixa para o exercício findo nessa data, de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil.

Base para opinião

Nossa auditoria foi conduzida de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria. Nossas responsabilidades, em conformidade com tais normas, estão descritas na seção a seguir, intitulada “Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações contábeis”. Somos independentes em relação à Companhia, de acordo com os princípios éticos relevantes previstos no Código de Ética Profissional do Contador e nas normas profissionais emitidas pelo Conselho Federal de Contabilidade, e cumprimos com as demais responsabilidades éticas de acordo com essas normas. Acreditamos que a evidência de auditoria obtida é suficiente e apropriada para fundamentar nossa opinião.

Outros assuntos

Auditoria dos valores correspondentes

As demonstrações contábeis da Companhia para o exercício findo em 31 de dezembro de 2018 foram auditadas por outro auditor independente que emitiu relatório, em 13 de março de 2019, com uma opinião sem modificação sobre essas demonstrações contábeis.

Responsabilidades da administração e da governança pelas demonstrações contábeis

A administração é responsável pela elaboração e adequada apresentação das demonstrações contábeis de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil e pelos controles internos que ela determinou como necessários para permitir a elaboração de demonstrações contábeis livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro.

Na elaboração das demonstrações contábeis, a administração é responsável pela avaliação da capacidade de a Companhia continuar operando, divulgando, quando aplicável, os assuntos relacionados com a sua continuidade operacional e o uso dessa base contábil na elaboração das demonstrações contábeis, a não ser que a administração pretenda liquidar a Companhia ou cessar suas operações, ou não tenha nenhuma alternativa realista para evitar o encerramento das operações.

Os responsáveis pela governança da Companhia são aqueles com responsabilidade pela supervisão do processo de elaboração das demonstrações contábeis.

Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações contábeis

Nossos objetivos são obter segurança razoável de que as demonstrações contábeis, tomadas em conjunto, estão livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro, e emitir relatório de auditoria contendo nossa opinião. Segurança razoável é um alto nível de segurança, mas não uma garantia de que a auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria sempre detecta as eventuais distorções relevantes existentes. As distorções podem ser decorrentes de fraude ou erro e são consideradas relevantes quando, individualmente ou em conjunto, possam influenciar, dentro de uma perspectiva razoável, as decisões econômicas dos usuários tomadas com base nas referidas demonstrações contábeis.

Como parte da auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria, exercemos julgamento profissional e mantemos ceticismo profissional ao longo da auditoria. Além disso:

- Identificamos e avaliamos os riscos de distorção relevante nas demonstrações contábeis, independentemente se causada por fraude ou erro, planejamos e executamos procedimentos de auditoria em resposta a tais riscos, bem como obtivemos evidência de auditoria apropriada e suficiente para fundamentar nossa opinião. O risco de não detecção de distorção relevante resultante de fraude é maior do que o proveniente de erro, já que a fraude pode envolver o ato de burlar os controles internos, conluio, falsificação, omissão ou representações falsas intencionais.
- Obtivemos entendimento dos controles internos relevantes para a auditoria para planejarmos procedimentos de auditoria apropriados às circunstâncias, mas, não, com o objetivo de expressarmos opinião sobre a eficácia dos controles internos da Companhia.
- Avaliamos a adequação das políticas contábeis utilizadas e a razoabilidade das estimativas contábeis e respectivas divulgações feitas pela administração.

- Concluímos sobre a adequação do uso, pela administração, da base contábil de continuidade operacional e, com base nas evidências de auditoria obtidas, se existe incerteza relevante em relação a eventos ou condições que possam levantar dúvida significativa em relação à capacidade de continuidade operacional da Companhia. Se concluirmos que existe incerteza relevante, devemos chamar atenção em nosso relatório de auditoria para as respectivas divulgações nas demonstrações contábeis ou incluir modificação em nossa opinião, se as divulgações forem inadequadas. Nossas conclusões estão fundamentadas nas evidências de auditoria obtidas até a data de nosso relatório. Todavia, eventos ou condições futuras podem levar a Companhia a não mais se manter em continuidade operacional.
- Avaliamos a apresentação geral, a estrutura e o conteúdo das demonstrações contábeis, inclusive as divulgações e se as demonstrações contábeis representam as correspondentes transações e os eventos de maneira compatível com o objetivo de apresentação adequada.

Comunicamo-nos com os responsáveis pela governança a respeito, entre outros aspectos, do alcance e da época dos trabalhos de auditoria planejados e das constatações significativas de auditoria, inclusive as deficiências significativas nos controles internos que eventualmente tenham sido identificadas durante nossos trabalhos.

São Paulo, 31 de março de 2020.

ERNST & YOUNG
Auditores Independentes S.S.
CRC-2SP034519/O-6



Rita de C. S. Freitas
CRC 1SP214160/O-5

Energia dos Ventos IV S.A.

Balanço patrimonial 31 de dezembro de 2019 e 2018 (Em milhares de reais)

	Nota	31/12/2019	31/12/2018
Ativo circulante		12.313	8.677
Caixa e equivalentes de caixa	4	867	1.996
Investimentos de curto prazo	5	8.522	-
Títulos e valores mobiliários	6	220	5.533
Contas a receber de clientes	7	2.083	1.069
Mútuos	13.1	577	-
Impostos a recuperar		-	1
Outros ativos		44	78
Não circulante		172.067	175.194
Títulos e valores mobiliários	6	6.686	-
Mútuos	13.1	-	1.720
Depositos Judiciais		10	-
Imobilizado	8	160.942	169.738
Intangível		4.429	3.736
Total do ativo		184.380	183.871
		31/12/2019	31/12/2018
Passivo circulante		16.333	19.714
Fornecedores	9	961	9.936
Empréstimos e financiamentos	10	4.134	3.226
Arrendamentos		21	-
Salários, férias e encargos sociais		19	70
Impostos e contribuições sociais a recolher		359	256
Mútuos	13.1	7.219	5.866
Dividendos mínimos obrigatórios	13.1	235	-
Provisões de constituição de ativos	11	3.377	354
Outros passivos		8	6
Não circulante		73.550	72.607
Empréstimos e financiamentos	10	73.492	69.419
Arrendamentos		58	-
Adiantamento para futuro aumento de capital - partes relacionadas	13.1	-	3.188
Patrimônio líquido	14	94.497	91.550
Capital social		93.744	92.444
Reservas de lucros		753	-
Prejuízos acumulados		-	(894)
Passivo e patrimônio líquido		184.380	183.871

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações contábeis.

Energia dos Ventos IV S.A.

Demonstração do resultado

Exercícios findos em 31 de dezembro de 2019 e 2018

(Em milhares de reais)

	Nota	31/12/2019	31/12/2018
Receita operacional líquida	15	17.907	16.252
Custos operacionais			
Compra de energia elétrica		(21)	(3)
Encargos do uso da rede elétrica		(83)	(65)
Custos dos serviços prestados		(3.554)	(1.538)
Depreciação e amortização		(6.149)	(5.176)
	16	(9.807)	(6.782)
Lucro bruto		8.100	9.470
(Despesas) Receitas operacionais			
Administrativas e gerais		(265)	(411)
Pessoal		(172)	(102)
Depreciação e amortização		(22)	-
	16	(459)	(513)
Lucro antes do resultado financeiro		7.641	8.957
Despesas financeiras	17	(6.435)	(6.645)
Receitas financeiras	17	505	513
		(5.930)	(6.132)
Lucro antes do imposto de renda e da contribuição social		1.711	2.825
Imposto de renda e contribuição social correntes	18	(723)	(672)
Lucro líquido do exercício		988	2.153

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações contábeis.

Energia dos Ventos IV S.A.

Demonstração do resultado abrangente

Exercícios findos em 31 de dezembro de 2019 e 2018

(Em milhares de reais)

	31/12/2019	31/12/2018
Lucro líquido do exercício	988	2.153
Outros resultados abrangentes	-	-
Total do resultado abrangente do exercício	988	2.153

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações contábeis.

Energia dos Ventos IV S.A.

Demonstrações das mutações do patrimônio líquido

Exercícios findos em 31 de dezembro de 2019 e 2018

(Em milhares de reais)

	Reserva de lucros				Total
	Capital social	Reserva legal	Reserva de lucros	Lucro (prejuízos) acumulados	
Saldos em 31 de dezembro de 2017	81.644	-	-	(3.047)	78.597
Integralização de capital	10.800	-	-	-	10.800
Lucro líquido do exercício	-	-	-	2.153	2.153
Saldos em 31 de dezembro de 2018	92.444	-	-	(894)	91.550
Aumento de capital	3.188	-	-	-	3.188
Redução de capital	(1.888)	-	-	894	(994)
Lucro líquido do exercício	-	-	-	988	988
Reserva legal	-	49	-	(49)	-
Dividendos mínimos obrigatórios	-	-	-	(235)	(235)
Lucro remanescente a disposição da Assembleia	-	-	704	(704)	-
Saldos em 31 de dezembro de 2019	93.744	49	704	-	94.497

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações contábeis.

Energia dos Ventos IV S.A.

Demonstrações dos fluxos de caixa Exercícios findos em 31 de dezembro de 2019 e 2018 (Em milhares de reais)

	Nota	31/12/2019	31/12/2018
Fluxos de caixa das atividades operacionais			
Lucro líquido antes do imposto de renda e contribuição social		1.711	2.825
Itens que não afetam caixa e equivalentes de caixa			
Depreciação e amortização		6.171	5.176
Encargos de dívidas empréstimos		5.697	6.590
Encargos de dívidas arrendamentos e mútuos		475	-
Receita de aplicações financeiras		(398)	(368)
Outras receitas		(72)	(100)
		13.584	14.123
(Aumento) redução no ativo			
Contas a receber de clientes		(1.014)	241
Impostos a recuperar		1	(46)
Outros ativos circulantes e não circulantes		24	(4.721)
		(989)	(4.526)
Aumento (redução) no passivo			
Fornecedores		(1.379)	8.984
Salários, férias e encargos sociais		(51)	(179)
Impostos e contribuições sociais a recolher		4	(8)
Provisões de constituição de ativos		-	(9)
Outros passivos circulantes		2	(5)
		(1.424)	8.783
Impostos e contribuições pagos sobre o lucro		(624)	(582)
Caixa líquido proveniente das atividades operacionais		10.547	17.798
Fluxos de caixa das atividades de investimentos			
Resgates em títulos e valores mobiliários		4.040	5.994
Aplicações em títulos e valores mobiliários		(5.024)	(5.801)
Resgates em investimento de curto prazo		698	-
Aplicações em investimento de curto prazo		(9.211)	-
Pagamentos provisões de constituição de ativos		(1.319)	-
Recebimentos de Mútuos concedidos - partes relacionadas		1.215	-
Adições no imobilizado	8	(1.224)	(15.711)
Adições no intangível		-	(2.201)
Caixa líquido aplicado nas atividades de investimentos		(10.825)	(17.719)
Fluxos de caixa das atividades de financiamentos			
Adiantamento para futuro aumento de capital - partes relacionadas		-	9.185
Aumento (redução) de capital		(994)	-
Empréstimos, financiamentos e debêtures tomados		7.857	-
Amortização de principal de empréstimos e financiamentos		(3.047)	(14.755)
Amortização de juros s/ empréstimos e financiamentos		(5.526)	-
Amortização de principal de arrendamentos		(19)	-
Amortização de juros s/ arrendamentos		(8)	-
Mútuos recebidos - partes relacionadas		886	5.769
Caixa líquido proveniente (aplicados nas) atividades de financiamentos		(851)	199
Aumento (redução) no caixa e equivalentes de caixa		(1.129)	278
Demonstração do aumento (redução) no caixa e equivalentes de caixa			
Saldo no início do exercício	4	1.996	1.718
Saldo no final do exercício	4	867	1.996
Aumento (redução) no caixa e equivalentes de caixa		(1.129)	278

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações contábeis.

Notas explicativas às demonstrações contábeis

(Em milhares de reais)

1 Informações gerais

A Energia dos Ventos IV S.A. (“Energia dos Ventos” ou “Companhia”), com sede na Rua Gomes de Carvalho, nº 1.996, 15º andar, Vila Olímpia, Município de São Paulo, Estado de São Paulo, sociedade por ações de capital fechado, foi constituída em 07 de março de 2012. A Companhia tem por objeto social a implantação, operação, manutenção e exploração das instalações de geração eólica, e seu sistema de transmissão, associada às demais obras complementares, conforme descrito no Edital de Leilão nº 07/2011 - ANEEL.

A Companhia foi autorizada pela Portaria 442 de 24 de julho de 2012 a estabelecer-se como Produtor Independente de Energia Elétrica, mediante a implantação e exploração da Central Geradora Eólica denominada EOL Pitombeira, constituída de quinze unidades geradoras de 1.800 kW, totalizando 27.000 kW de capacidade instalada e 13.900 kW médios de garantia física de energia, localizada no Município de Aracati, Estado do Ceará.

Em 06 de janeiro de 2015 a Companhia protocolou na Agência Nacional de Energia Elétrica (“ANEEL”) a solicitação de alteração de característica técnica passando a ter treze Unidades Geradoras de 2.100 kW, totalizando 27.300kW de capacidade instalada e 14.800 kW médios de garantia física. A ANEEL anuiu a solicitação através da Resolução Autorizativa nº 5.650, de 23 de fevereiro de 2016.

Vinculada à autorização dada a Companhia como Produtora Independente de Energia Elétrica, foram pactuados Contratos de Comercialização de Energia Elétrica no Ambiente Regulado (“CCEAR”) com diversas concessionárias de distribuição que participaram do Leilão nº 07/11, que teve por objetivo a Contratação de Energia proveniente de novos empreendimentos de geração, a partir de fonte hidrelétrica, eólica, e termelétrica a biomassa ou a gás natural em ciclo combinado (A-5/2011), no Ambiente de Contratação Regulada (ACR), promovido pela ANEEL. Os referidos contratos vigorarão pelo prazo de 20 anos (até dezembro de 2035).

Autorização da ANEEL para início das operações comerciais: O Despacho nº 3.142 de 21 de dezembro de 2018, definiu o início de operação comercial a partir do dia 22 de dezembro de 2018.

A autorização de exploração da Geração Eólica vigorará pelo prazo de trinta e cinco anos, a contar da data da sua publicação (até julho de 2047). Não há previsão de renovação da concessão, obrigação de entrega dos ativos ou direito de indenização ao final do prazo de concessão.

2 Base de preparação e apresentação das demonstrações contábeis

A Diretoria da Companhia autorizou a conclusão da elaboração das demonstrações contábeis em 31 de março de 2020.

Todas as informações relevantes próprias das demonstrações contábeis, e somente elas, estão sendo evidenciadas, e correspondem àquelas utilizadas pela Administração na sua gestão.

2.1 Declaração de conformidade

As demonstrações contábeis da Companhia foram preparadas de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil.

2.2 Base de preparação e apresentação

As demonstrações contábeis foram preparadas utilizando o custo histórico como base de valor, exceto pela valorização de ativos e passivos classificados como instrumentos financeiros, os mensurados a valor justo.

2.3 Moeda funcional e de apresentação

A moeda funcional da Companhia é o Real (R\$). Essas demonstrações contábeis foram preparadas e estão apresentadas em milhares de reais. A moeda funcional foi determinada em função do ambiente econômico primário de suas operações.

2.4 Uso de estimativas e julgamentos

A preparação das demonstrações contábeis exige que a Administração faça uso de julgamentos, estimativas e premissas baseadas em fatores objetivos e subjetivos que afetam a aplicação de políticas contábeis e determinam os valores registrados. A liquidação das transações que envolveu estas estimativas pode divergir significativamente dos valores registrados nas demonstrações contábeis.

Estimativas e premissas são revistas de maneira contínua. As revisões das estimativas são reconhecidas prospectivamente. Essas estimativas e premissas incluem: a avaliação dos ativos financeiros pelo valor justo, análise a redução ao valor recuperável, assim como da análise dos demais riscos para determinação de outras provisões, inclusive provisões para contingências.

As principais informações sobre julgamentos, estimativas e premissas que podem representar risco significativo com probabilidade de resultar em ajustes materiais às informações contábeis nos próximos exercícios, referem-se ao registro dos efeitos decorrentes de:

Nota 7 - Contas a receber de clientes: registro de provisão da comercialização de energia no âmbito da Câmara de Comercialização de Energia Elétrica (“CCEE”).

Nota 12 - Provisões para contingências: reconhecimento de provisões para riscos fiscais, cíveis, trabalhistas e regulatórios, por meio da avaliação da probabilidade de perda.

2.5 Pronunciamentos novos ou revisados e aplicados pela primeira vez em 2019

A Companhia adotou a partir de 1º janeiro de 2019 as normas abaixo:

(A) ICPC 22 – Incerteza sobre tratamento de tributos sobre o lucro: Não há efeitos materiais nas demonstrações contábeis.

(B) CPC 06 – (R2) – Arrendamentos

(i) Políticas contábeis

A Companhia reconheceu em 1º de janeiro de 2019 um ativo de direito de uso e um passivo de arrendamento, aluguel, entre outros, na data de início do arrendamento. O ativo de direito de uso foi mensurado inicialmente pelo custo e subsequentemente pelo custo menos qualquer

depreciação acumulada e perdas ao valor recuperável, e ajustado por certas remensurações do ativo e passivo de arrendamento. A depreciação é calculada e registrada pelo método linear pelo prazo remanescente de cada contrato. O passivo de arrendamento é mensurado inicialmente pelo valor presente dos pagamentos futuros do arrendamento, descontados a uma taxa de juros incremental no arrendamento.

(ii) Efeitos da transição

A Companhia aplica o CPC 06 - R2 utilizando a abordagem retrospectiva simplificada. Esta abordagem não impacta lucros acumulados (patrimônio líquido) na data da adoção inicial. A taxa de desconto aplicada foi de 9,26% a.a.

A Companhia analisou dentro das operações que se enquadram no escopo da norma os efeitos relativos às contingências e riscos de impairment e não identificou impactos.

(iii) Impactos da adoção inicial e nas demonstrações contábeis do exercício

No exercício findo em 31 de dezembro de 2019, a Companhia reconheceu inicialmente R\$ 98 de contrato de arrendamento do imóvel administrativo. Para fins de mensuração subsequente, foram registrados R\$ 22 de depreciação do direito de uso e R\$ 8 de despesas financeiras.

3 Sumário das principais práticas contábeis

As políticas contábeis descritas em detalhes abaixo foram aplicadas de maneira consistente para os exercícios apresentados nessas demonstrações contábeis.

3.1 Instrumentos financeiros

Reconhecimento e mensuração inicial

O contas a receber de clientes são reconhecidos inicialmente na data em que foram originados. Todos os outros ativos e passivos financeiros são reconhecidos inicialmente quando a Companhia se tornar parte das disposições contratuais do instrumento. Um ativo financeiro ou passivo financeiro é inicialmente mensurado ao valor justo, acrescido, para um item não mensurado ao VJR (valor justo através dos resultados), os custos de transação que são diretamente atribuíveis à sua aquisição ou emissão. Um contas a receber de clientes sem um componente significativo de financiamento é mensurado inicialmente ao preço da operação.

Classificação e mensuração subsequente

No reconhecimento inicial, um ativo financeiro é classificado como mensurado: ao custo amortizado; ao VJORA (valor justo através de outros resultados abrangentes); ou ao VJR.

Os ativos financeiros não são reclassificados subsequentemente ao reconhecimento inicial, a não ser que a Companhia mude o modelo de negócios para a gestão de ativos financeiros, e neste caso todos os ativos financeiros afetados são reclassificados no primeiro dia do período de apresentação posterior à mudança no modelo de negócios.

Um ativo financeiro é mensurado ao custo amortizado se atender ambas as condições a seguir:

- é mantido dentro de um modelo de negócios cujo objetivo seja manter ativos financeiros para receber fluxos de caixa contratuais; e
- seus termos contratuais geram, em datas específicas, fluxos de caixa que são relativos somente ao pagamento de principal e juros sobre o valor principal em aberto

Todos os ativos financeiros não classificados como mensurados ao custo amortizado ou ao VJORA, são classificados como ao VJR. No reconhecimento inicial, a Companhia pode designar de forma irrevogável um ativo financeiro que de outra forma atenda os requisitos para ser mensurado ao custo amortizado ou ao VJORA como ao VJR se isso eliminar ou reduzir significativamente um descasamento contábil que de outra forma surgiria.

Ativos financeiros - Avaliação do modelo de negócio:

A Companhia realiza uma avaliação do objetivo do modelo de negócios em que um ativo financeiro é mantido em carteira porque isso reflete melhor a maneira pela qual o negócio é gerido. As informações consideradas incluem:

- as políticas e objetivos estipulados para a carteira e o funcionamento prático dessas políticas. Eles incluem a questão de saber se a estratégia da Companhia tem como foco a obtenção de receitas de juros contratuais, a manutenção de um determinado perfil de taxa de juros, a correspondência entre a duração dos ativos financeiros e a duração de passivos relacionados ou saídas esperadas de caixa, ou a realização de fluxos de caixa por meio da venda de ativos;
- como o desempenho da carteira é avaliado e reportado à Administração;
- os riscos que afetam o desempenho do modelo de negócios (e o ativo financeiro mantido naquele modelo de negócios) e a maneira como aqueles riscos são gerenciados;
- como os gerentes do negócio são remunerados - por exemplo, se a remuneração é baseada no valor justo dos ativos geridos ou nos fluxos de caixa contratuais obtidos; e
- a frequência, o volume e o momento das vendas de ativos financeiros nos períodos anteriores, os motivos de tais vendas e suas expectativas sobre vendas futuras.

As transferências de ativos financeiros para terceiros em transações que não se qualificam para o desreconhecimento não são consideradas vendas, de maneira consistente com o reconhecimento contínuo dos ativos da Companhia.

Os ativos financeiros mantidos para negociação ou gerenciados com desempenho avaliado com base no valor justo são mensurados ao VJR.

Ativos financeiros - Mensuração subsequente e ganhos e perdas:

- Ativos financeiros a VJR - Esses ativos são mensurados subsequentemente ao valor justo. O resultado líquido, incluindo juros ou receita de dividendos, é reconhecido no resultado.
- Ativos financeiros a custo amortizado - Esses ativos são subsequentemente mensurados ao custo amortizado utilizando o método de juros efetivos. O custo amortizado é reduzido por perdas por impairment. A receita de juros, ganhos e perdas cambiais e o impairment são reconhecidos no resultado. Qualquer ganho ou perda no desreconhecimento é reconhecido no resultado.

Passivos financeiros - classificação, mensuração subsequente e ganhos e perdas

Os passivos financeiros foram classificados como mensurados ao custo amortizado ou ao VJR. Um passivo financeiro é classificado como mensurado ao valor justo por meio do resultado caso

for classificado como mantido para negociação ou for designado como tal no reconhecimento inicial. Passivos financeiros mensurados ao VJR são mensurados ao valor justo e o resultado líquido, incluindo juros, é reconhecido no resultado. Outros passivos financeiros são subsequentemente mensurados pelo custo amortizado utilizando o método de juros efetivos. A despesa de juros, ganhos e perdas cambiais são reconhecidos no resultado. Qualquer ganho ou perda no desreconhecimento também é reconhecido no resultado.

Desreconhecimento

Ativos financeiros

A Companhia desreconhece um ativo financeiro quando os direitos contratuais aos fluxos de caixa do ativo expiram, ou quando a Companhia transfere os direitos contratuais de recebimento aos fluxos de caixa contratuais sobre um ativo financeiro em uma transação na qual substancialmente todos os riscos e benefícios da titularidade do ativo financeiro são transferidos ou na qual a Companhia nem transfere nem mantém substancialmente todos os riscos e benefícios da titularidade do ativo financeiro e também não retém o controle sobre o ativo financeiro.

Passivos financeiros

A Companhia desreconhece um passivo financeiro quando sua obrigação contratual é retirada, cancelada ou expira. A Companhia também desreconhece um passivo financeiro quando os termos são modificados e os fluxos de caixa do passivo modificado são substancialmente diferentes, caso em que um novo passivo financeiro baseado nos termos modificados é reconhecido a valor justo.

No desreconhecimento de um passivo financeiro, a diferença entre o valor contábil extinto e a contraprestação paga (incluindo ativos transferidos que não transitam pelo caixa ou passivos assumidos) é reconhecida no resultado.

Compensação

Os ativos ou passivos financeiros são compensados e o valor líquido apresentado no balanço patrimonial quando, e somente quando, a Companhia tenha um direito legalmente executável de compensar os valores e tenha a intenção de liquidá-los em uma base líquida ou de realizar o ativo e liquidar o passivo simultaneamente.

3.2 Redução ao valor recuperável

Ativos financeiros não-derivativos

Instrumentos financeiros

A Companhia reconhece provisões para perdas esperadas de crédito sobre ativos financeiros mensurados ao custo amortizado.

A Companhia mensura as provisões para perdas com contas a receber de clientes em um montante igual à perda de crédito esperada para a vida inteira, exceto para aplicações financeiras com baixo risco de crédito na data do balanço, que são mensurados como perda de crédito esperada para 12 meses.

Ao determinar se o risco de crédito de um ativo financeiro aumentou significativamente desde o reconhecimento inicial e ao estimar as perdas de crédito esperadas, a Companhia considera

informações razoáveis e passíveis de suporte que são relevantes e disponíveis sem custo ou esforço excessivo. Isso inclui informações e análises quantitativas e qualitativas, com base na experiência histórica da Companhia, na avaliação de crédito e considerando informações prospectivas (*forward-looking*).

A Companhia considera ainda um ativo financeiro como perda quando é pouco provável que o devedor pague integralmente suas obrigações de crédito à Companhia, sem recorrer a ações como a realização da garantia (se houver alguma).

Mensuração das perdas de crédito esperadas

As perdas de crédito esperadas são estimativas ponderadas pela probabilidade de perdas de crédito. As perdas de crédito são mensuradas pela diferença entre os fluxos de caixa devidos a Companhia de acordo com o contrato e os fluxos de caixa que a Companhia espera receber.

As perdas de crédito esperadas são descontadas pela taxa de juros efetiva do ativo financeiro.

Ativos financeiros com problemas de recuperação

Em cada data de balanço, a Companhia avalia se os ativos financeiros contabilizados pelo custo amortizado estão com problemas de recuperação. Um ativo financeiro possui "problemas de recuperação" quando ocorrem um ou mais eventos com impacto prejudicial nos fluxos de caixa futuros estimados do ativo financeiro.

Evidência objetiva de que ativos financeiros tiveram problemas de recuperação inclui os seguintes dados observáveis:

- dificuldades financeiras significativas do emissor ou do mutuário;
- quebra de cláusulas contratuais, tais como inadimplência ou atraso;
- a probabilidade que o devedor entrará em falência ou passará por outro tipo de reorganização financeira; ou
- o desaparecimento de mercado ativo para o título por causa de dificuldades financeiras.

Apresentação da provisão para perdas de crédito esperadas no balanço patrimonial

A provisão para perdas para ativos financeiros mensurados pelo custo amortizado é deduzida do valor contábil bruto dos ativos.

Baixa

O valor contábil bruto de um ativo financeiro é baixado quando a Companhia não tem expectativa razoável de recuperar o ativo financeiro em sua totalidade ou em parte. No entanto, os ativos financeiros baixados podem ainda estar sujeitos à execução de crédito para o cumprimento dos procedimentos da Companhia para a recuperação dos valores devidos.

Ativos não financeiros

A Companhia revisa periodicamente o valor contábil líquido dos ativos com o objetivo de avaliar eventos ou mudanças nas circunstâncias econômicas, operacionais ou tecnológicas, que possam indicar deterioração ou perda de seu valor recuperável. Em 31 de dezembro de 2019 e 2018 não foram identificados tais eventos ou circunstâncias nas atividades da Companhia. Uma perda é reconhecida com base no montante pelo qual o valor contábil excede o valor provável de recuperação de um ativo ou grupo de ativos de longa duração. O valor provável de recuperação é determinado como sendo o maior valor entre (a) o valor de venda estimado dos ativos menos os

custos estimados para venda e (b) o valor em uso. Com o objetivo de avaliar o valor recuperável dos ativos através do valor em uso, utiliza-se o menor grupo de ativos que gera entrada de caixa de uso contínuo que são em grande parte independentes dos fluxos de caixa de outros ativos ou grupos de ativos (unidades geradoras de caixa - UGC). A Companhia possui apenas uma UGC.

3.3 Provisões

Provisões são reconhecidas quando a Companhia possui uma obrigação presente (legal ou construtiva) resultante de um evento passado, considerada como provável que haverá uma saída de recursos envolvendo um benefício econômico para liquidar a obrigação e seu montante possa ser estimado de forma confiável. As provisões são registradas tendo como base as melhores estimativas do risco envolvido.

As provisões para contingências são revisadas e ajustadas para levar em conta alterações nas circunstâncias, tais como prazo de prescrição aplicável, conclusões de inspeções físicas nos processos ou exposições adicionais identificadas com base em novos assuntos ou decisões de tribunais.

3.4 Imobilizado

O imobilizado é mensurado pelo custo histórico de aquisição ou construção, mais custos socioambientais e juros capitalizáveis, menos a depreciação acumulada. Quaisquer ganhos e perdas na alienação de um item do imobilizado são reconhecidos no resultado. Custos subsequentes são capitalizados apenas quando é provável que benefícios econômicos futuros associados com os gastos serão auferidos pela Companhia. A depreciação é calculada com base na vida útil econômica estimada dos bens, pelo método linear, por categoria de bem, nos termos da Resolução ANEEL nº 674/2015.

3.5 Tributação

Tributos sobre as vendas

As receitas de vendas estão sujeitas aos seguintes impostos e contribuições, pelas seguintes alíquotas básicas:

- Programa de Integração Social (PIS) - 0,65%; e
- Contribuição para Financiamento da Seguridade Social (COFINS) 3,00%.

Esses tributos são recolhidos com base no regime de caixa e reconhecidos com base no regime de competência, são deduzidos das receitas de geração de energia elétrica, as quais são apresentadas na demonstração de resultado pelo seu valor líquido.

Imposto de renda e contribuição social - correntes

O imposto de renda e a contribuição social correntes registrados no resultado são calculados conforme sistemática do lucro presumido, cujas bases de cálculo do imposto de renda e da contribuição social foram apuradas as alíquotas de 8% e 12% respectivamente, aplicadas sobre o montante da receita bruta segundo legislação vigente. Sobre a base de cálculo, para a apuração do imposto de renda, são aplicadas às alíquotas de 15% acrescidas de 10% sobre o que exceder R\$ 60 trimestrais e a contribuição social corrente calculada à alíquota de 9%.

3.6 Taxa de fiscalização sobre serviços de energia elétrica

A Companhia, em conformidade com a Lei 9427.1996, recolhe a taxa de fiscalização sobre os serviços de energia elétrica. A taxa é estabelecida anualmente e calculada de maneira proporcional

ao porte do serviço concedido. O registro é feito mensalmente, por competência, no resultado da Companhia.

3.7 Receita de geração de energia elétrica

As receitas são mensuradas pelo valor justo da contraprestação recebida ou a receber, líquida de quaisquer contraprestações variáveis. A receita é reconhecida em bases mensais e quando existe evidência convincente de que houve: (i) a identificação dos direitos e obrigações do contrato com o cliente; (ii) a identificação da obrigação de desempenho presente no contrato; (iii) a determinação do preço para cada tipo de transação; (iv) a alocação do preço da transação às obrigações de desempenho estipuladas no contrato; e (v) reconhecimento da receita quando (ou à medida que) satisfazer as obrigações de desempenho do contrato. Uma receita não é reconhecida se há uma incerteza significativa na sua realização.

Os principais critérios de reconhecimento e mensuração, estão apresentados a seguir:

(i) Suprimento de energia: A receita é reconhecida com base na quantidade de energia contratada e com preços especificadas nos termos dos contratos de fornecimento no ambiente de Contratação Regulada - ACR.. O preço médio de venda atualizado em dezembro de 2019 é de R\$ 164,72 MH/h (R\$ 158,77 MH/h em 2018), reajustado pelo IPCA pelo período de suprimento de 35 anos contados a partir de 01 de janeiro de 2016.

(ii) Ajuste positivo CCEE: a receita é reconhecida pelo valor justo da contraprestação a receber no momento em que o excedente de energia produzido, após a alocação de energia no MRE(Método de Realocação de Energia), é comercializado no âmbito da CCEE. A contraprestação corresponde a multiplicação da quantidade de energia vendida pelo PLD.

3.8 Receitas e despesas financeiras

As receitas financeiras abrangem basicamente as receitas de juros sobre aplicações financeiras que são reconhecidas no resultado através do método dos juros efetivos. As despesas financeiras abrangem basicamente as despesas bancárias, juros, multa, e despesas com juros sobre empréstimos e financiamentos que são reconhecidas pelo método taxa de de juros efetivos. A Companhia classifica os juros pagos como fluxos de caixa das atividades de financiamento porque são custos da obtenção de recursos financeiros.

3.9 Ajuste a valor presente de ativos e passivos

Os ativos e passivos monetários de longo prazo e os de curto prazo, quando o efeito é considerado relevante em relação às demonstrações contábeis, são ajustados pelo seu valor presente.

4 Caixa e equivalentes de caixa

	Remuneração	31/12/2019	31/12/2018
Caixa e equivalentes de caixa			
Banco conta movimento	-	863	746
Aplicações financeiras automáticas	Até 2% do CDI	4	1.250
		867	1.996

As aplicações financeiras de liquidez imediata referem-se a aplicações automáticas vinculadas à conta corrente remunerada pela variação do CDI, não ocorrendo, portanto, risco de variação

significativa do valor em caso de resgate antecipado. Os Certificados de Depósitos Bancários – CDB são realizados com instituições do mercado financeiro nacional e possuem liquidez imediata.

5 Investimentos de curto prazo

	31/12/2019	31/12/2018
Fundo de Investimento - STA Energia	8.522	-

As aplicações financeiras classificadas como investimentos de curto prazo referem-se ao Fundo Exclusivo STA Energia – Energia, mensuradas ao valor justo por meio do resultado, e são remunerados em média por 95,62% do CDI em 31 de dezembro de 2019.

6 Títulos e valores mobiliários

	Instituição	Remuneração	31/12/2019	31/12/2018
Títulos e valores mobiliários				
Aplicação pós fixada	BNDES	De 93,77% do CDI	6.686	4.385
Aplicação pós fixada	Debêntures	De 90% até 100% do CDI	220	1.148
			6.906	5.533
	Ativo circulante		220	5.533
	Ativo não circulante		6.686	-
			6.906	5.533

Os saldos das contas vinculadas ao BNDES e Debentures são compostos por aplicações financeiras constituídas como contas reservas vinculadas aos contratos de financiamentos e debêntures da Companhia e sua controladora Windepar Holding S.A..

7 Contas a receber de clientes

	31/12/2019	31/12/2018
Circulante		
Suprimento de energia elétrica	2.083	1.069

Durante o exercício findo em 31 de dezembro de 2019, não foi constituída provisão para perda dos recebíveis, em decorrência da não apresentação de histórico de perdas e/ou expectativas de perdas nas contas a receber de clientes, na avaliação e monitoramento do risco de crédito e que as mesmas possuem garantias.

8 Imobilizado

	Taxa média anual de depreciação	31/12/2017		31/12/2018		31/12/2019		
		Adições	Transf. rência entre contas	Adições	Baixas	Transf. rência entre contas	Transf. rência para o intangível	
Em serviço								
Terrenos		2.550	-	2.550	-	-	-	2.550
Edificações, Obras Cívicas e Benfeitorias	3%	798	-	798	-	-	3.743	4.541
Máquinas e Equipamentos	5%	138.033	-	138.041	-	-	26.955	164.996
Direito de uso de arrendamento	22%	-	-	-	98	-	-	98
Em curso								
Edificações, Obras Cívicas e Benfeitorias		2	8	(8)	2	-	(2)	-
Máquinas e Equipamentos		-	-	-	-	-	-	-
Material em depósito		-	1.060	-	1.060	1.224	-	2.284
A Ratear †		2.938	2.237	-	5.175	-	(4.127)	1.048
Adiantamento a Fornecedor		-	4.070	-	4.070	-	(4.020)	50
Sistema de Conexão e Transmissão		19.411	12.405	-	31.816	4.342	(3.576)	(700)
Total do custo do imobilizado		163.732	19.780	-	183.512	5.664	(7.596)	180.880
Depreciação								
Edificações, Obras Cívicas e Benfeitorias		(44)	(27)	-	(71)	(151)	-	(222)
Máquinas e Equipamentos		(8.562)	(5.141)	-	(13.703)	(5.991)	-	(19.694)
Direito de uso de arrendamento		-	-	-	-	(22)	-	(22)
Total da depreciação		(8.606)	(5.168)	-	(13.774)	(6.164)	-	(19.938)
Total do imobilizado líquido		155.126	14.612	-	169.738	(500)	(7.596)	160.942

- (1) Imobilizado em curso - a ratear: foram registrados os custos realizados em benefício da obra, como um todo, que não eram passíveis de alocação direta ao custo do respectivo bem e direito. Estes gastos, ao final da construção, foram rateados e alocados ao ativo imobilizado em serviço, segundo critérios de unitização, conforme orientação do Manual de Controle Patrimonial da ANEEL.

Em 2019 a Companhia transferiu o saldo de R\$ 700 referentes a servidões para o ativo intangível.

Em 31 de dezembro de 2019 a Companhia não identificou indicativos acerca da necessidade de contabilizar ajustes de valor recuperável do ativo imobilizado.

9 Fornecedores

	31/12/2019	31/12/2018
Materiais e Serviços	961	9.936

10 Empréstimos e financiamentos

- (a) Os saldos de empréstimos, e financiamentos são compostos da seguinte forma:

Instituições financeiras / credores	Vencimento	(% a.a.) Taxa efetiva	Circulante				Não circulante - Principal	
			Encargos	Principal	31/12/2019	31/12/2018	31/12/2019	31/12/2018
BNDDES nº 15.2.0778.1	15/10/2032	TJLP+2,18%	217	3.358	3.575	3.226	66.247	69.419
BNDDES nº 19.2.0598.1	15/10/2032	IPCA 1,68% + Spred 1,99%	5	554	559	-	7.245	-
			222	3.912	4.134	3.226	73.492	69.419

Recursos do Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social - BNDDES

Em 07 de março de 2016 a Companhia, em conjunto com suas coligadas Energia dos Ventos I S.A, Energia dos Ventos II S.A, Energia dos Ventos III S.A, Energia dos Ventos X S.A e controladora Windepar Holding S.A., celebrou com Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social - BNDDES contrato de financiamento de abertura de crédito número 15.2.077.8.1, cujo montante original financiado, para a Energia dos Ventos I S.A., é de R\$ 81.041, com o objetivo de alongamento da dívida. O contrato de longo prazo, tem encargos que podem

ser sumarizados da seguinte forma: 2,18% ao ano + TJLP, sendo que a primeira amortização iniciou-se em 15 de novembro de 2016 e a última será em 15 de outubro de 2032.

Em 12 de Dezembro de 2019 a Companhia, em conjunto com suas coligadas Energia dos Ventos I S.A, Energia dos Ventos III S.A, Energia dos Ventos IV S.A, Energia dos Ventos X S.A e controladora Windepar Holding S.A., celebrou com Banco Nacional de Desenvolvimento /Econômico e Social - BNDES contrato de financiamento de abertura de crédito número 19.2.0598.1, cujo montante original financiado, para a Energia dos Ventos II S.A., é de R\$ 11.900, com o objetivo de implantação do sistema de conexão do complexo eólico Aracati. O contrato de longo prazo, tem encargos que podem ser sumarizados da seguinte forma: IPCA de 1,68% ao ano + SPREAD de 1,99% ao ano, sendo que a primeira amortização iniciará em 15 de janeiro de 2020 e a última será em 15 de outubro de 2032.

O contrato com BNDES estabelece apuração anual de cláusula restritiva, a qual institui que a Companhia deverá manter, durante todo o período de amortização do contrato, a condição de manter Índice de Cobertura do Serviço da Dívida (ICSD) Consolidado, no mínimo, igual ou superior a 1,30. Em 31 de dezembro de 2019 o ICSD Consolidado foi cumprido.

- (b) As movimentações dos empréstimos, financiamentos e encargos de dívidas são compostas da seguinte forma:

	31/12/2017	Encargos de Dívidas	Amortização de principal	Amortização de juros	31/12/2018	Ingresso de dívida	Encargos de Dívidas	Amortização de principal	Amortização de juros	31/12/2019
Moeda Nacional BNDES	80.907	6.493	(8.801)	(5.954)	72.645	7.857	5.697	(3.047)	(5.526)	77.626

- (c) As parcelas relativas ao financiamento (principal) atualmente classificadas no passivo não circulante tem os seguintes vencimentos:

2021	2022	2023	2024	2025	Após 2025	Dívida Total
4.230	4.511	4.816	5.138	5.489	49.308	73.492

11 Provisões de constituição de ativo

Natureza	31/12/2017	Adição	31/12/2018	Adição	Reversão	31/12/2019
Máquinas e Equipamentos	363	(9)	354	4342	(1.319)	3.377

As provisões de constituição de ativos são decorrentes dos custos do ativo imobilizado referente a sua fase de implantação reconhecidas contabilmente, as quais ainda não houve desembolso financeiro, os mesmos serão desembolsados financeiramente de acordo com o cronograma, conforme a evolução desses eventos essas provisões serão substituídas pelo faturamento de fornecedores, onde sua contrapartida foi registrada no ativo imobilizado em curso.

12 Provisão para contingências

A Companhia reconhece em suas demonstrações contábeis os processos classificados como prováveis de perda, e com relação aos processos cuja probabilidade de perda está avaliada como possível, são divulgadas em nota explicativa. Em 31 de dezembro de 2019 e 2018, a Companhia não possui processos com classificação provável ou possível de perda.

13 Partes relacionadas

13.1 Transações com partes relacionadas

Todas as transações com partes relacionadas podem ser assim demonstradas:

A) Partes relacionadas: informações patrimoniais.

	31/12/2019	31/12/2018
Ativo circulante		
Mútuo a receber - Windepar Holding S.A	577	1.720
	<u>577</u>	<u>1.720</u>
Passivo circulante		
Mútuo a pagar - Windepar Holding S.A	7.219	5.866
Dividendos mínimos obrigatórios - Windepar Holding S.A	235	-
Arrendamentos - Alupar Investimento S.A/AF Energia S.A	21	-
	<u>7.475</u>	<u>5.866</u>
Passivo não circulante		
Arrendamentos - Alupar Investimento S.A/AF Energia S.A	58	-
AFAC - Windepar Holding S.A	-	3.188
	<u>58</u>	<u>-</u>

B) Partes relacionadas: informações do resultado.

Receitas

Juros sobre mútuo a receber - Windepar Holding S.A	71	99
	<u>71</u>	<u>99</u>

Despesas

Juros sobre mútuo a pagar - Windepar Holding S.A	435	107
	<u>577</u>	<u>305</u>

Entre janeiro e dezembro de 2018 a Companhia necessitou de recursos oriundos da acionista Windepar Holding S.A., em 18 de janeiro de 2018 a Companhia recebeu o valor de R\$ 9.185, como AFAC sem característica de irrevogável e irreatável, e, conforme ata de 22 de fevereiro integralizou-se R\$ 10.800 como capital social. Em 14 de junho de 2018 celebrou-se contrato de mútuo no valor de R\$ 2.901, o recurso foi utilizado para pagamento da 1ª parcela do principal mais juros referente a 1ª emissão de debêntures simples, e quitado dentro do período. Em 20 de setembro de 2018, celebraram contrato no valor de R\$ 6.460 utilizado para investimento na linha de transmissão do parque eólico.

Em 28 de fevereiro de 2019 e 13 de dezembro de 2019, a Companhia celebrou contratos de mútuo entre a acionista Windepar Holding S.A., nos valores de R\$ 939 e R\$ 1.262 respectivamente, ambos utilizados para investimento na linha de transmissão do parque eólico.

Entre janeiro e dezembro de 2019 a Companhia integralizou os valores de AFAC.

- a. A Companhia é controlada pela Windepar Holding S.A., a Windepar Holding S.A é controlada pela Alupar Investimento S.A., a Alupar Investimento S.A. é controlada pela Guarupart Participações Ltda.

13.2 Garantias

Empresa Garantidora	Data da Autorização	Órgão Autorizador	Contrato	Garantia	Início do Contrato	Encerramento do Contrato	Valor do Contrato	Saldo devedor do contrato em 31/12/2019
Alupar/ Windepar	14/12/2015	Conselho de Administração	Contrato de Financiamento - BNDES - nº 15.2.0778.1	Prestação de garantias - Alupar: fiança corporativa, penhor de ações, cessão fiduciária, direitos creditórios dos CCEARs, dos CCVEs (3,2 MW médios), outros contratos de CCVEE no ACL/ ACR, direitos de receitas oriundos do projeto, direitos da Conta Centralizadora, Conta Reserva do serviço da Dívida, do Contrato de O&M e da Conta Reserva Especial - Windepar: Direitos da Conta Reserva Especial da Holding e dos contratos de mutuos e fiança corporativa.	11/02/2016	15/10/2032	81.041	69.822
Alupar/ Windepar	06/11/2019	Assembleia Geral Extraordinária	Contrato de Financiamento - BNDES - nº 19.2.0598.1	I, pela EDV1, EDV2, EDV3, EDV4 e EDV10 : os direitos creditórios: (a) CCEARs, entre as BENEFICIÁRIAS e as distribuidoras listadas no Anexo I do CONTRATO DE CESSÃO; b) dos CCVEs a ser(em) celebrado(s) entre BENEFICIÁRIAS e a ALUPAR, no mínimo, 3,2 MW médios; c) outros CCVEE no ACL ou ACR ; d) outros direitos e/ou receitas, inclusive relativos a operações no mercado de curto prazo e/ou de operação em teste; e) direitos sobre as CONTAS CENTRALIZADORAS, CONTAS RESERVAS DE O&M, CONTAS RESERVAS DO SERVIÇO DA DÍVIDA BNDES e CONTAS RESERVAS ESPECIAIS SPEs, inclusive os créditos que venham a ser nelas depositados; II, pela WINDEPAR: a) os direitos sobre a CONTA RESERVA ESPECIAL HOLDING, inclusive os créditos que nelas venham a ser depositados; b) os direitos creditórios decorrentes dos contratos de mútuo celebrados e a serem celebrados com as BENEFICIÁRIAS; e c) quaisquer outros direitos e/ou receitas que sejam decorrentes do PROJETO, inclusive relativos a operações no mercado de curto prazo e/ou de operação em teste.	10/12/2019	15/10/2032	11.900	7.862

13.3 Remuneração da alta administração

Nos exercícios findos em 31 de dezembro de 2019 e 2018 não houve pagamento de remuneração da alta administração.

14 Patrimônio líquido

Capital social

Em 15 de fevereiro de 2019 a Companhia, através de assembleia geral extraordinária, aumentou o seu capital social de R\$ 92.444 para R\$ 95.632 mediante a emissão de 3.188.000 novas ações ordinárias nominativas, sem valor nominal, ao preço de R\$ 1,00 (um real) por ação.

Em 9 de abril de 2019 a Companhia, através de assembleia geral extraordinária, reduziu o seu capital social de R\$ 95.632 para R\$ 93.744, constituído de absorção do prejuízo acumulado em 31 de dezembro de 2018 no montante de R\$ 894 e por meio de devolução aos acionistas no montante de R\$ 994.

O capital subscrito e integralizado em 31 de dezembro de 2019 é de R\$ 93.744 (R\$ 92.444 em 31 de dezembro de 2018) dividido em 95.632.013 (81.644.013 em 31 de dezembro de 2018) ações ordinárias, conforme segue:

	31/12/2019		31/12/2018	
	Ordinárias		Ordinárias	
	Quantidade	%	Quantidade	%
Acionistas				
Windepar Holding	95.632.012	99,99	81.644.012	99,99
AF Energia S.A.	1	0,01	1	0,01
Total das ações	95.632.013	100,00	81.644.013	100,00

15 Receita operacional líquida

	31/12/2019	31/12/2018
Receita de geração de energia elétrica		
Suprimento de energia - Geração própria	18.671	16.940
Suprimento de energia - Ajuste positivo CCEE	1	-
	18.672	16.940
Deduções		
PIS - Programa de integração social	(121)	(110)
COFINS - Contribuição para o financiamento da seguridade social	(560)	(508)
TFSEE - Taxa de fiscalização de serviços de energia elétrica	(84)	(70)
	(765)	(688)
Receita operacional líquida	17.907	16.252

16 Custos e despesas operacionais

	31/12/2019		31/12/2018	
	Custos operacionais	Despesas operacionais	Custos operacionais	Despesas operacionais
Custos não gerenciáveis				
Encargos de uso da rede elétrica	(83)	-	(65)	-
Doações, contribuições e subvenções	(11)	-	(12)	-
	(94)	-	(77)	-
Custos gerenciáveis				
Energia comprada para revenda	(21)	-	(3)	-
Seguros	(345)	-	(189)	-
Alugueis	(177)	(9)	(10)	(57)
Pessoal	(28)	(172)	(36)	(102)
Material	(103)	(3)	(69)	(1)
Serviços de Terceiros	(2.828)	(238)	(1.158)	(349)
Outros	(62)	(15)	(64)	(4)
Outras receitas operacionais	-	-	-	-
	(3.564)	(437)	(1.529)	(513)
Depreciação e Amortização				
	(6.149)	(22)	(5.176)	-
	(6.149)	(22)	(5.176)	-
	(9.807)	(459)	(6.782)	(513)

17 Resultado financeiro

	31/12/2019	31/12/2018
Receitas Financeiras		
Receita de aplicações financeiras	433	413
Outros	72	100
Total	505	513
Despesas Financeiras		
Encargos sobre empréstimos e financiamentos	(5.697)	(6.493)
Outros	(738)	(152)
Total	(6.435)	(6.645)
Total Líquido	(5.930)	(6.132)

18 Imposto de renda e contribuição social correntes

	31/12/2019		31/12/2018	
	Imposto de renda	Contribuição social	Imposto de renda	Contribuição social
Recebimento Clientes e Ajuste positivo CCEE	18.672	18.672	16.940	16.940
Alíquota de presunção de lucro	8%	12%	8%	12%
	1.494	2.241	1.355	2.033
Receita financeira	504	504	513	513
	1.998	2.745	1.868	2.546
Alíquota	15%	9%	15%	9%
Alíquota de Adicional IRPJ (Exceder R\$ 240/ano)	10%	-	10%	-
Total dos tributos correntes	476	247	443	229
Lucro do exercício	1.711		2.825	
Alíquota efetiva	42,23%		23,79%	

19 Instrumentos financeiros e gestão de risco

A Companhia mantém operações com instrumentos financeiros, cujos limites de exposição aos riscos de crédito são aprovados e revisados periodicamente pela Administração.

Os valores contábeis dos instrumentos financeiros, ativos e passivos, quando comparados com os valores que poderiam ser obtidos na sua negociação em um mercado ativo ou, na ausência deste, com valor presente líquido ajustado com base na taxa vigente de juros no mercado, aproximam-se substancialmente de seus correspondentes valores de mercado.

Valor justo e classificação dos instrumentos financeiros

As metodologias utilizadas pela Companhia para a divulgação do valor justo foram as seguintes:

	31/12/2019		31/12/2018		Mensuração do valor justo	Classificação por categoria
	Valor contábil	Valor justo	Valor contábil	Valor justo		
Ativo						
Caixa	863	863	746	746	-	Custo amortizado
Equivalentes de caixa	4	4	1.250	1.250	Nível I	Valor justo por meio de resultado
Investimentos de curto prazo	8.522	8.522	-	-	Nível I	Valor justo por meio de resultado
Títulos e valores mobiliários	6.906	6.906	5.533	5.533	Nível I	Valor justo por meio de resultado
Contas a receber de clientes	2.083	2.083	1.069	1.069	-	Custo amortizado
	18.378	18.378	8.598	8.598		
Passivo						
Fornecedores	961	961	9.936	9.936	-	Custo amortizado
Empréstimos e financiamentos	77.626	77.626	72.645	72.645	-	Custo amortizado
	78.587	78.587	82.581	82.581		

Empréstimos e financiamentos (BNDES): em decorrência desses contratos não serem contemplado sob o escopo do CPC 12, que preceitua que passivos dessa natureza não estão sujeitos à aplicação do conceito de valor presente por taxas diversas daquelas a que esses empréstimos e financiamentos já estão sujeitos, pelo fato do Brasil não ter um mercado consolidado para esse tipo de dívida de longo prazo, ficando a oferta de crédito restrita a apenas a um ente governamental. Diante do exposto acima, utilizou o mesmo conceito na definição do valor justo para esses empréstimos, financiamentos e encargos de dívidas.

Não houve reclassificação de categoria de instrumentos financeiros no exercício findo em 31 de dezembro de 2019.

Riscos resultantes de instrumentos financeiros

A Companhia possui os seguintes riscos associados aos seus negócios:

Risco de crédito

O risco de crédito compreende a possibilidade da Companhia não realizar seus direitos alocados em caixa, equivalentes de caixa, investimentos de curto prazo e títulos e valores mobiliários. A administração desses ativos financeiros é efetuada por meio de estratégias operacionais e conceitos internos visando assegurar liquidez, segurança e rentabilidade. A principal exposição a crédito é oriunda da possibilidade da Companhia incorrer em perdas resultantes do não recebimento de valores faturados de suas contrapartes comerciais. Para reduzir este risco e auxiliar no gerenciamento do risco de inadimplência, a Companhia monitora o volume das contas a receber de clientes, solicita garantias e realiza diversas ações de cobrança em conformidade com a regulamentação do setor para minimizar o risco de inadimplência.

Risco de taxas de juros

Decorre da possibilidade da Companhia sofrer ganhos ou perdas decorrentes de oscilações de taxas de juros incidentes sobre os seus ativos e passivos financeiros. Visando à mitigação desse tipo de risco, a Companhia busca diversificar a captação de recursos em termos de taxas prefixadas ou pós-fixadas.

Risco de regulação

As atividades da Companhia, assim como de seus concorrentes são regulamentadas e fiscalizadas pela ANEEL. Qualquer alteração no ambiente regulatório poderá exercer impacto sobre as atividades da Companhia.

Risco da escassez de vento

Esse risco decorre da possibilidade de falta de vento ocasionada por fatores naturais, o qual é minimizado em função das “jazidas de vento” do Brasil estarem entre as melhores do mundo, pois, além de contar com alta velocidade, os ventos são considerados bem estáveis, bem diferente de certas regiões da Ásia e dos Estados Unidos, sujeitas a ciclones, tufões e outras turbulências.

Risco de taxas de câmbio

A Companhia não tem operações em moeda estrangeira.

Risco de liquidez

Tão importante quanto a qualidade da geração de caixa operacional do negócio é a administração do risco de liquidez, com um conjunto de metodologias, procedimentos e instrumentos coerentes com a complexidade do negócio e aplicados no controle permanente dos processos financeiros, a fim de se garantir o adequado gerenciamento dos riscos.

Capital circulante líquido negativo

A Companhia continua realizando pagamentos que estavam programados, conforme apresentados nas rubricas de Fornecedores, Empréstimos e Mútuos, por esse motivo, a Companhia apresenta capital circulante negativo de R\$ 4.020 Em 31 de dezembro de 2019 a administração estima que nenhum ajuste é necessário para fazer face à recuperação dos ativos ou liquidação de seus passivos.

Análise de sensibilidade

Com base no relatório FOCUS de 27 de dezembro de 2019, foi extraída a projeção dos indexadores CDI, TJLP e IPCA e assim definindo-os como o cenário provável; a partir deste foram calculadas variações de 25% e 50%. Para verificar a sensibilidade dos indexadores nas dívidas foram definidos 05 cenários diferentes.

Para cada cenário foi calculada a despesa financeira bruta não levando em consideração incidência de tributos e o fluxo de vencimentos de cada contrato programado para um ano. A data base utilizada foi 31 de dezembro de 2019 projetando os índices para um ano e verificando a sensibilidade dos mesmos em cada cenário.

		Projeção Receitas Financeiras - Um Ano				
Indexador	Posição em 31/12/2019	Cenário I (-50%)	Cenário II (-25%)	Cenário provável	Cenário III (+25%)	Cenário IV (+50%)
		2,32%	3,47%	4,63%	5,79%	6,95%
Investimentos e curto prazo	CDI	197	296	395	493	592
Títulos e Valores mobiliários	CDI	5	8	10	13	15

		Projeção Despesas Financeiras - Um Ano					
Indexador	Taxa de juros a.a.	Posição em 31/12/2019	Cenário I (-50%)	Cenário II (-25%)	Cenário provável	Cenário III (+25%)	Cenário IV (+50%)
			2,79%	4,18%	5,57%	6,96%	8,36%
BNDDES	TJLP +	69.822	3.509	4.503	5.496	6.489	7.483
BNDDES	IPCA	7.804	352	463	573	684	794

20 Benefícios a empregados

A Companhia oferece aos seus empregados benefícios que englobam basicamente: seguro de vida, assistência médica, vale transporte, vale refeição, plano de previdência privada (onde o plano de aposentadoria é de contribuição definida) e educação continuada.

No plano de contribuição definida, a Companhia patrocina um plano de previdência, mas deixa o risco para os beneficiários que podem ganhar mais ou menos de acordo com a gestão dos recursos, a patrocinadora não tem responsabilidade de garantir um valor mínimo ou determinado. Nesse caso a obrigação do empregador nos planos de contribuição definida são as contribuições.

Os valores investidos em benefícios a empregados totalizam o valor de R\$ 81 em 31 de dezembro 2019 e R\$ 310 em 31 de dezembro de 2018.

21 Cobertura de seguros

A Companhia adota a política de contratar cobertura de seguros para os bens sujeitos a riscos por montantes considerados suficientes para cobrir eventuais sinistros, considerando a natureza de sua atividade. O quadro a seguir sumaria os riscos considerados e correspondentes valores da cobertura desses seguros em 31 de dezembro de 2019

Risco/Objeto	Importância segurada	Prêmio	Término da vigência
Risco nomeado e operacional	208.899	273	10/12/2020
Risco de responsabilidade civil geral	5.000	2	10/12/2020
Total	213.899	275	

* * *

Patrícia Nalini Savio Ferreira
 Contadora - CRC 1SP237063/O-2